

OS MOVIMENTOS NEOLIBERAIS NO DISCURSO DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS

José Washington Vieira Silva ¹
Jorge Rodrigo Gomes dos Santos²
Roberto Rivelino de Amorim ³

Resumo

O presente artigo busca analisar o acontecimento discursivo do dia 20 de agosto de 2013, no qual uma movimentação de posseiros e grileiros de terras indígenas se reúnem contra a FUNAI e o processo de demarcação de terras do povo Xukuru-Kariri, em Palmeira dos Índios, cidade localizada no Agreste do Estado de Alagoas. Tomando apontamento teórico da análise do discurso de linha francesa filiada a Pêcheux, pretendemos lançar luz sobre as condições de produção do discurso, assim como analisar material (panfleto) distribuído pelo grupo que se intitula “Palmeira de Todos”, assim como a matéria do site de notícias G1 Alagoas, as materialidades discursivas que evidenciam os movimentos neoliberais interpelando ideologicamente a terra e os sujeitos que nela habitam.

Palavras-chave: Discurso político; Ideologia; Memória; Acontecimento discursivo; Xukuru-kariri.

Abstract

This article seeks to analyze the discursive event of August 20, 2013, in which a movement of squatters and land grabbers of indigenous lands gathered against FUNAI and the process of demarcation of lands of the Xukuru-Kariri people, in Palmeira dos Índios, city located in the Agreste of the State of Alagoas. Taking a theoretical note from the discourse analysis of the French line of affiliated with Pêcheux, we intend to shed light on the conditions of discourse production, as well as analyze material (brochure) distributed by the group that calls itself “Palmeira de Todos”, as well as the article from the news site G1 Alagoas, the discursive materialities that show the neoliberal movements ideologically questioning the land and the subjects that inhabit it.

Keywords: Politic Discourse; Ideology; Memory; Discursive event; Xukuru-Kariri

¹ Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura – PPGLL-UFAL. Especialista em Linguística pela Faculdade Alfamerica, Graduado em Letras-Espanhol pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Graduado em Letras Pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Professor da rede pública Estadual de Alagoas.

² Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura – PPGLL-UFAL. Graduado em Licenciatura em Música pela Universidade Federal de Alagoas -UFAL

³ Doutor em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestrado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes (Unit AL). Graduação em Jornalismo na Universidade Federal de Alagoas.

1. Introdução

Busca-se analisar o ato público, ocorrido em 20 de agosto de 2013 em Palmeira dos Índios, agreste alagoano, que ficou conhecido como “PALMEIRA DE TODOS”. Por meio desse artigo, evidenciando os sentidos que se refratam desde o título do evento, local escolhido até os dizeres proferidos por autoridades públicas, assim como o efeito desses discursos nos povos indígenas e não-indígenas da região. Considera-se que essas vozes envolvidas também controlam a mídia local e, diante disso, se propagam matérias em sites, emissoras de rádios e jornais online e impressos. De acordo como Marx (2011), é um aspecto dominante da própria burguesia para limitar a contradição da propriedade e do negócio, sob a proteção do governo “forte e irrestrito”, dedicando-se ao interesse privado. Ao se tratar de terras indígenas, em Palmeira dos Índios, promove confrontos históricos entre os poderosos (governantes) e o povo indígena.

Metodologicamente, partimos da análise de dois textos divulgados e produzidos por aqueles que são contra a demarcação das terras no município, o que constitui os *corpora* dessa pesquisa: um panfleto de divulgação da movimentação e uma matéria do jornal online G1 Alagoas.

Considera-se que o político se consolida no lugar de disputas, principalmente, nos princípios que dominam a vida social e suas diferenças. Orlandi (2002) sugere que o próprio político rege essas diferenças. Entende-se que o político é a materialização do simbólico nas práticas sociais por meio da exterioridade da linguagem. Segundo Zoppi-Fontana (2002), a prática discursiva gera uma ruptura na reformulação do dizer, produzindo o que se conhece por acontecimento discursivo.

[...] produz a ruptura de uma prática discursiva pela transformação dos rituais enunciativos que a definem; a interrupção de um processo de reformulação parafrástica de sentidos pela mudança das condições de produção; a emergência de um enunciado ou de uma posição de sujeito novos que reconfigurem o discurso, e, através deste, participam do processo de produção do real histórico [...] (ZOPPI-FONTANA, 2002, p. 182).

Evita-se chamar o ato de “manifestação”, uma vez que os sentidos da palavra mobilizam a memória discursiva, um trabalho ideológico. De acordo com Petri (2012), manifestar é o ato público que reúne pessoas que estão expressando suas ideias e lutando pelos seus direitos, num país dito democrático; é manifestação e tem o poder de mudar as relações de poder entre governantes e governados.

Esse aspecto, desconfigura o evento contra a demarcação de terras, uma vez que esse era liderado pelos que governam o município; a autora frisa que manifestação é uma palavra que está na língua, logo, em movimento, e seu sentido sempre pode ser outro. Considera-se o movimento um processo de dominação dos povos indígenas no intuito de represar tanto as instituições que defendem os direitos do povo Xukuru-Kariri, assim como disseminar informações que encobrem os verdadeiros motivos da demarcação.

2. Condições de produção e circulação do dizer “PALMEIRA de todos”

Partindo do entendimento de que as condições de produção do discurso do movimento “PALMEIRA de todos” como sendo as “circunstâncias” de um discurso, o processo de produção do discurso é o conjunto de mecanismos formais que produzem o dizer em tipo dado em condições de produção dadas.

Para entender o funcionamento das condições de produção e reprodução do discurso, é necessário compreender alguns conceitos teóricos que são fundamentais para a produção e reprodução de discursos e de sentidos.

Segundo Pêcheux (2014), o sujeito é constituído pelo esquecimento, e a Ideologia interpela o indivíduo em sujeito do seu discurso. Essa interpelação do sujeito produz uma identificação com elementos relacionados diretamente com as formações ideológicas (formação discursiva) que o dominam.

A formação discursiva está localizada em uma formação ideológica dada, que fornece “os ‘objetos’ ideológicos [que] são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a ‘maneira de se servir deles’ – seu ‘sentido’, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem (PECHEUX, 2014, p. 146).

Compreende-se, a partir de Pêcheux (2014), que o sujeito se constitui a partir das relações de sentido com seu discurso, e o modo que ela representa determina a dominação da forma-sujeito.

Por outro lado, a memória também contribui para as condições de produção. Achard (1999) chamou de “regularização” as repetições de discurso que visam ocupar espaços da memória. Pêcheux (1999) afirma que a memória deve ser entendida não em seu sentido psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída. Ainda conforme o autor afirma, a memória tem como tendência absorver o acontecimento, ou seja, colocá-lo dentro da regularidade já existente, torná-lo previsível e adequado.

É a partir de Orlandi (2020), que além do sujeito e da situação, há o papel da memória que possibilita a retomada dos saberes no discurso, permitindo que o dito e o não dito operem simultaneamente nos processos discursivos em dadas condições de produção. Courtine (2014) afirma que as condições de produção fazem parte da exterioridade linguística e podem ser agrupadas em sentido estrito (as circunstâncias do discurso) e em sentido amplo (os contextos sócio-histórico-ideológicos).

Diante disso, observa-se que os sentidos do discurso que se estabeleceram na manhã do dia 20 de agosto de 2013 são responsáveis por estabelecer relações de forças no interior do discurso. Prefeito, vereadores e demais autoridades, na época, todos com interesses na não demarcação das terras promovem uma movimentação no centro da cidade de Palmeira dos Índios. Escolheram um ponto turístico bem conhecido da cidade para se reunirem, a Casa Museu Graciliano Ramos, local onde morou o antigo prefeito Graciliano Ramos, conhecido pela pouca afeição com o povo Xukuru-kariri, reflexo do discurso encontrado na obra *Caetés* lançada em 1933.

Os posseiros e grileiros de terras, dita elite do município, com o intuito de intimidar a população indígena e a Funai, órgão responsável pela demarcação das terras no município, geram uma movimentação que é estabelecida com material audiovisual que colocam em ênfase o processo de retomada de território indígena.

A pseudo elite estava munida de carros de som os quais circulavam pela cidade proferindo discursos como “A FUNAI é uma ameaça! Juntem-se a nós e defendam os seus direitos! Não a Demarcação!”. Como explicita Pêcheux (2014), acabamos de esboçar a maneira pela qual a posição dos protagonistas do discurso intervém a título de condições de produção do discurso. Logo é por esses discursos que o sujeito é assujeitado e se identifica socialmente, entendendo-se como as identificações no discurso são identificações construídas pelos sentidos sempre presentes.

3. Nas disputas pela terra, a luta nas palavras

Historicamente, as terras que correspondem ao município de Palmeira dos Índios são motivos de disputas entre os povos originários e não-indígenas que se apropriaram de terras ainda quando era uma comunidade pequena, ação intensificada pela presença da Igreja Católica e o processo de catequização. De acordo como Althusser (1980, p. 47), “*as Igrejas educam por métodos apropriados de sanções, de exclusões, de seleção, etc., não só os seus oficiantes, mas as suas ovelhas, a Família [...]*”. Consequentemente, a Igreja funciona como Aparelho Ideológico do Estado, limitando a cultura e principalmente a do povo indígena, fator que

condiciona o povoamento das terras por outros povos.

Partimos dessa visão de povoamento e de civilização que é abordada por Orlandi (2008, p. 53), para quem a noção se divide em duas visões, uma aceita por franceses e ingleses e outra por alemães. A primeira se resume, segundo a autora, ao orgulho da nação, processo do homem ocidental. A outra visão é a designação de algo útil de importância secundária. Essas noções de civilização apagam as diferenças dos povos colocando em ênfase aquilo que é comum a todos os homens.

Nessa disputa dos espaços físicos e habitáveis do município, temos de um lado o meio para existência de um povo, de outro a força do capital. Marx (2012) considera que esse interesse nas terras, que tem como objetivo a construção de monopólio dos proprietários fundiários, o monopólio da propriedade fundiária, é até mesmo a base do monopólio do capital.

[...] o monopólio da propriedade da terra é pressuposto histórico do modo capitalista de produção, como de todos os modos anteriores de produção que se fundamentam de uma forma ou de outra na exploração das massas [...]. A propriedade fundiária supõe o monopólio de porções do globo terrestre como esferas primitivas de sua vontade particular, com exclusão de todas as demais vontades, isto é a valorização desse monopólio na base da produção capitalista (MARX, 2008, p. 823-826).

Santos (2020) salienta que, por conta dessas disputas territoriais, os anos de 1970 foram marcados por grandes conflitos, lutas pela posse de terras, acarretando a expulsão dos nativos do espaço que corresponde ao município de Palmeira dos Índios e que, por conta dessa grande guerra travada, houve a morte de muitos indígenas pelos posseiros. Embora, com o passar do tempo, tenha surgido a garantia da demarcação de terras pela CF-1988 para os povos indígenas, por meio do artigo 231, o que agrava as lutas e discussões sobre o pertencimento das terras.

Diante disso, diversos são os processos de retomadas das terras pelo povo Xukuru-Kariri no decorrer da história, movimento que acaba por salvar o último fragmento de Mata Atlântica presente no estado de Alagoas. As conquistas dos indígenas, sejam pela retomada ou por acordos jurídicos, com o apoio da FUNAI, sejam por luta e tomada violenta dos espaços habitáveis são a garantia da presença do povo indígena nas terras do município.

Segundo Peixoto (2013), esse processo de retomada indígena gera um movimento na população palmeirense, os que defendiam o posseiro taxavam os indígenas de aproveitadores, vagabundos, ladrões e vários outros adjetivos pejorativos. Os poucos que defendiam os indígenas, o faziam sem muito alarde por temer represálias.

Esse sempre foi o efeito do poder que era exercido pelos posseiros do município, inclusive é por meio do discurso que gera uma desidentificação entre os indígenas, da mesma

forma com que produz uma identificação entre os outros povos. Assim, o discurso, dos poderosos do município, assujeita o Outro a assumir ideologicamente e reproduzirem discursos pejorativos contra o povo Xukuru-Kariri.

Para Pêcheux (2014, p. 148-149), *“toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, na dependência com o respeito ao ‘todo complexo como dominante’ das formações discursivas, intrincando no complexo das formações ideológicas”*. Logo, podemos perceber que os discursos contra a demarcação do território indígena são engodos que visam ideologicamente produzir uma dominação sobre o povo, principalmente, o pobre da região que seja influenciado pela formação discursiva do posseiro de terras/latifundiário a defender e replicar discursos contra o indígena Xukuru-Kariri.

De acordo com Borges (2009), essa prática discursiva está diretamente relacionada com a formação ideológica, na qual os sujeitos já estão inscritos numa formação discursiva, que foi construída historicamente. Nessa perspectiva, o preconceito é uma discursividade que se impõe sem sustentação em condições concretas/reais e é fortemente mantido por relações imaginárias atravessadas por uma não permissão do dizer que apaga (silencia) sentidos e razões da própria maneira de significar.

É importante frisar que é por meio desse discurso que os indígenas têm o território limitado para o surgimento de fazendas. O discurso do posseiro é representado em diversas vertentes, no jornal, no rádio, no jurídico, no carro de som, na rua e etc., movidos pelo poder do capital.

Santos (2019) afirma que entre 2012 e 2017 notícias publicadas em vários sites e jornais locais deram conta do conflito envolvendo terras indígenas no município de Palmeira dos Índios. Entre essas notícias, o site do Ministério Público Federal de Alagoas (MPF/AL) destacou discussões sobre a efetivação definitiva do processo de demarcação da terra Xukuru-Kariri.

Mobiliza-se a historicidade e a materialidade produzida pelos confrontos em Palmeira dos Índios, por forças antagônicas entre indígena e não-indígena, e passamos a compreender, de acordo com Marx (2008), que a história é o tempo e espaço em que se desdobram as forças produtivas e as relações de produção em que a luta de classes se constitui. O que nos leva a buscar entender como se estabelecem os discursos que este artigo busca analisar, assim como as condições de produção desses discursos.

4. O movimento neoliberal na demarcação das terras de Palmeira dos Índios

Entende-se que o conhecimento e poder da palavra, assim como o poder aquisitivo favorece a manipulação do dizer e o controle das massas. Segundo Rancière (1996) explicita, a destinação política do homem se atesta em suma por um indício: a posse do *logos*, ou seja, o monopólio da palavra, que manifesta, enquanto a voz apenas indica o que a palavra manifesta.

Ainda segundo o autor, o uso da palavra torna perceptível para uma comunidade de sujeitos que a ouvem, é o útil e o nocivo e, por conseguinte, o justo e o injusto. Dessa forma, o funcionamento do discurso dos posseiros de terras indígenas, em Palmeira dos Índios, afeta o povo Xukuru-Kariri, as condições de subsistência, assim como as relações sociais, culturais e territoriais. Esse fato surge como uma relação de poder que coíbe a presença indígena no município.

Nesse viés, nos firmamos em Meszáros (2015), para afirmar que os movimentos do liberalismo nunca poderiam defender uma sociedade equitativa, e em se tratando dos indígenas e da demarcação do território, em Palmeira dos Índios, iria de encontro com a imposta dominação dos indígenas pelos posseiros e grileiros de terras, buscando a manutenção da política do capital.

Rancière afirma que:

A política começa justamente onde se para de equilibrar lucros e perdas, onde se tenta repartir as parcelas do comum, harmonizar segundo a proporção geométrica as parcelas de comunidade e os títulos para se obter essas parcelas, as axiais que dão direito à comunidade. Para que a comunidade política seja mais do que um contrato entre quem troca bens ou serviços, é preciso que a igualdade que nela reina seja radicalmente diferente daquela segundo a qual as mercadorias se trocam e os danos se reparam (RANCIÈRE, 1996, p. 21).

Sendo assim, a política funciona em seu interesse próprio, tentando limitar as perdas e, quando se trata das terras, os políticos envolvidos não defendem uma “PALMEIRA DE TODOS”, buscam interpelar ideologicamente os sujeitos em posições inferiores, no propósito de massificar o interesse particular e não o público.

De acordo com Meszáros (2015), o Estado constitui uma materialidade que está profundamente enraizada na base sociometabólica antagônica sobre a qual todas as formações de Estado do capital são erguidas. Sendo inseparáveis da materialidade substantiva, tanto do capital, quanto do trabalho. E quando pensamos em demarcação de terra e no acontecimento discursivo de 20 de agosto de 2013, corrobora o exposto por Meszáros na citação anterior, a

presença do Estado é a força antagônica que tenta a todo custo defender a posição do capital (posseiros de terras indígenas), ou seja, nunca se pensou em uma “PALMEIRA DE TODOS”.

5. Propaganda: o semear dos sentidos sobre a terra indígena

Aqui, toma-se como textos o panfleto do movimento “Palmeira de todos” e uma matéria do jornal on-line G1AL como a materialização do discurso, o lugar de manifestação consciente, em que o sujeito produz de forma oral ou escrita, situação comunicativa determinada, o seu enunciado, considerado como produto de uma interação entre sujeitos.

Em concordância com Pêcheux (2015), o Estado capitalista se tornou mestre no controle por meio da língua, na arte de agir a distância no intuito de controle das massas. Com a propaganda, busca-se anestesiar resistências, absorver as revoltas e fazer abortar as revoluções, trabalhos que circulam em volta do assujeitamento de acordo com o autor “[...] a capacidade de ouvi-lo que persiste em fazer falta política” (PÊCHEUX, 2015, p. 92). Orlandi (2017) frisa a importância da língua de vento que sustenta o performativo que busca produzir os enunciados da revolução ambígua e flutuante em função do mecanismo da propaganda. Segundo Pêcheux e Gadet (2004), a “língua de vento” permite à classe no poder exercer sua mestria, sem mestre aparente. Ela não serve tampouco a seu mestre. Os autores afirmam que essa é uma forma de dominação mais sutil, que consiste em reforçar as marcas pelo jogo interno de sua diferença, pelo logro publicitário da linguagem comercial e política.

Ainda consoante Pêcheux (2015), a natureza humana é movida por interesses que, segundo o autor, se dividem em duas categorias. A primeira, de cunho alimentar, econômico e lógico, é sustentada pela propaganda do raciocínio argumentado que se funda na educação pela observação e reflexão. A segunda, de cunho mais sentimental, afetiva, agressiva e combativa, firma-se pela propaganda militar, apoiada em uma prática estético-religiosa de gestos e signos.

De fato, a natureza dos posseiros de terras, em Palmeira dos Índios, segue o sugerido por Pêcheux, firma-se em um viés de um lado, lógico e econômico, pois visa a lucratividade e o controle de maior área. Do outro lado, de forma agressiva historicamente marcada por mortes de indígenas e não-indígenas, e energicamente combativa, defendendo as terras que foram tomadas por seus antepassados, corroboram o controle do capital.

Observa-se que essas contribuições ajudam a entender as disputas de terras entre os indígenas e posseiros, que, embora o território indígena não seja o suficiente para comportar as 10 aldeias do povo Xukuru-Kariri e parte dos latifúndios a serem demarcados, são terras localizadas no alto da serra, em sua maioria fazendas para criação de gado, e mata Atlântica.

O modo de produção capitalista é o responsável pelo planejamento da propaganda e essa formulação, por sua vez, produz um deslocamento em relação ao imaginário social, mobilizando a memória discursiva e colocando em funcionamento o assujeitamento ideológico que controla as massas. É assim, que se estabelece o movimento “PALMEIRA DE TODOS”, reúne forças entre os poderes públicos, políticos e de cunho monetário; aproximam a população não-indígena da causa usando como disfarce os pequenos agricultores dentro das áreas a serem demarcadas; o uso do capital midiático, a propaganda contra a FUNAI e o povo Xukuru-Kariri em panfletos e jornais impressos e digitais, emissoras de rádio e carros-de-som.

Contudo, vale frisar que é nesse espaço de disputa de poder e território, que se semeiam discursos, historicamente, os quais vêm sendo retomados pelos mesmos grupos políticos e famílias tradicionais do município. E nesse movimento, o povo indígena da região, por ser o único a subsistir, exclusivamente, do território que ocupa, é obrigado a lidar com o imaginário social de outros povos produzido pela produção capitalista e enganosa de não serem dignos de habitar esse território.

6. Materialidade discursiva significativa

Em conformidade com Orlandi (2020, p. 118), “*todo sujeito, ao dizer, produz um gesto mínimo de interpretação que é a inscrição de seu dizer no interdiscurso (no dizível) para que ele faça sentido*”. Tomamos, assim, o discurso presente no panfleto do movimento “PALMEIRA DE TODOS” que representa a manifestação do poder público do município alagoano, ao defender o interesse privado de posseiros de terras, que em muitos casos se confundem por ocuparem cargos públicos em diversas instâncias. Segundo Pêcheux (2014), o discurso funciona no espaço de “reformulação-paráfrase” onde se constitui a intersubjetividade do falante, uma ilusão necessária pela qual cada um sabe o que o outro vai dizer ou pensar previamente, sendo assim que a memória discursiva do século XIX é atualizada pelo discurso de 2013.

Traz-se a reportagem presente no site de notícias do G1AL⁴, que constitui o recorte das materialidades significativas tomadas como *corpora* dessa pesquisa. De acordo com Courtine (2014), essa forma pode ser representada pela combinação simples ou elaborada como são constituídas pelas sequências discursivas relevantes para essa pesquisa. A seleção das sequências discursivas (SD) foi baseada na significação do discurso sobre o movimento

⁴ <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/10/demarcacao-de-terras-indigenas-gera-tensao-em-palmeira-dos-indios-al.html>

“PALMEIRA DE TODOS”, considerando-se a importância da matéria retirada do jornal digital do site G1 Alagoas, que faz uma cobertura do acontecimento discursivo de 20 de agosto de 2013, quando se trata sobre o território indígena e o processo de demarcação.

SD1 *“Há mais de 20 anos, uma disputa de terras tem tirado o sossego de uma cidade de cerca de 70 mil habitantes localizada no Agreste alagoano. De um lado, indígenas que vivem no local há centenas de anos. Do outro, produtores rurais que possuem escritura e documentação de terras adquiridas por herança de família ou compradas comprovadamente por documento legítimo”.*

Pode-se perceber, na SD1, que a jornalista Carolina Sanches ignora o fato de que as terras, que hoje são Palmeira dos Índios, sempre foram um território indígena e que o povo Xukuru-Kariri foi obrigado a se retirar de suas terras pelos não indígenas. A jornalista desloca à memória o fato de as terras já serem documentadas e ter donos legítimos, e que desde 1770, sob os cuidados da Igreja Católica, os verdadeiros donos vêm perdendo espaço de subsistência.

Pêcheux (2014) salienta que o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e estabelece conexões em si e os elementos discursivos construídos pelo interdiscurso, enquanto pré-construído que fornece ao sujeito matéria-prima para o constituir como sujeito-falante.

E é por meio do discurso transverso que opera, ao lado do pré-construído, com o discurso já-aí da interpelação ideológica, que funciona, de acordo com Pêcheux (2014), da articulação que constitui o sujeito em sua relação com o sentido. Assim, a jornalista produz o interdiscurso como sustentação do enunciado de ‘disputas de terra’. É por meio desse discurso, que ela tenta substituir os grandes proprietários de terras, donos de grandes latifúndios, em sua maioria, políticos, famílias poderosas do município, por pequenos produtores rurais.

A jornalista sugere a ilegalidade da presença dos indígenas nas terras considerando que usa o discurso ‘herança de família ou compradas comprovadamente por documentos legítimos’. O que nos chama a atenção é a transversalidade do discurso da jornalista que tenta reconstruir um percurso de sentidos, um movimento de deslocamento histórico das referências discursivas.

SD2: *“Em Palmeira dos Índios, a convivência entre os índios da tribo Xukuru-Kariri e outros moradores sempre foi considerada pacífica, mas o processo de demarcação de terras trouxe conflitos e levantou discussões acaloradas a respeito do tema”.*

Na SD2, o trecho “a convivência entre os índios da tribo Xukuru-Kariri e outros moradores sempre foi considerada pacífica” produz um efeito ilusório de que o desacordo entre

os povos data de história recente, provocado por um objeto de interesse comum pela terra. Tomamos o inconsciente e a ideologia para entender essas como “estruturas-funcionamentos” de acordo com Pêcheux (2014), que operam dissimulando a própria existência, assim o sujeito cria mecanismos de defesa contra um outro sistema, mesmo que sem sucesso, negando e oprimindo as constatações possíveis. Logo, o sujeito jornalista, sendo atravessado pela ideologia e pelo inconsciente, com essa notícia produz um efeito de deslocamento da memória e dos acontecimentos discursivos⁵ da segunda metade do século XX, no qual os indígenas são expulsos das planícies férteis, sendo obrigados a se deslocarem para a zona rural do município.

Vale reforçar que a teoria do discurso propõe um deslocamento das noções de linguagem e sujeito que se dá a partir de um trabalho com a ideologia. À vista disso, passa-se a entender a linguagem enquanto produção social, considerando-se a exterioridade como constitutiva. Nesse sentido, podendo fazer/realizar uma ruptura, um deslocamento, em relação ao dizível.

Ao considerar-se o sujeito dentro da ordem social em que ele vive, precisamos reconhecer que ele não tem o domínio de sua fala. Entretanto, o sujeito tem a ilusão de que é fonte do sentido do que diz quando, na verdade, retoma sentidos pré-existentes. Assim, vemos que a Formação Discursiva - FD - que autoriza o dizer da jornalista pode ser entendida por uma FD liberal. Movida pelo que diz, por exemplo, pelo uso da palavra “pacífica”, anteposta pelo advérbio “sempre”, deixa evidente que o motivo da retirada da paz em Palmeira dos Índios é o povo Xukuru-Kariri precisar ter o território demarcado.

O que pode ser interpretado em sua relação de sentidos, com o dito e não-dito. Orlandi (2017, p. 19) afirma que “*o sentido de uma palavra, uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo (isto é, em relação transparente com a literalidade) mas ao contrário é determinado pela posição ideológica*”. Diante disso, podemos observar que a jornalista responsável pela matéria é ideologicamente afetada, o que de acordo com Pêcheux (2015, p. 52) é reflexo da “*ideologia dominante e do empirismo prático, considerados como ponto cego, lugar de pura reprodução do sentido*”.

Deslocada a memória, conforme Pêcheux propõe, a partir do que há o apagamento do longo processo em que os sentidos se constituem na interpelação dos indivíduos em sujeitos pela ideologia, temos: a) esquecimento nº 1 - A afirmação do sujeito origem do dizer; e b)

⁵ Diante do exposto por Orlandi (2017), a teoria propõe um deslocamento das concepções de linguagem e sujeito que se dá a partir de um trabalho com a ideologia. Dessa forma, entendemos a linguagem enquanto produção social e consideramos que a exterioridade é constitutiva. O sujeito, por sua vez, explanado pela autora, deixa de ser centro e origem do seu dizer para ser compreendido e entendido como uma construção polifônica, lugar de significação historicamente constituído.

esquecimento nº 2 - a tomada do sentido como se ele fosse dado em sua literalidade. Ignoram-se fatos, como a cidade ter sido fundada em território tradicionalmente indígena, e apaga-se da história e da memória a expulsão do povo indígena, na segunda metade do século XX. O discurso da jornalista é influenciado pelo poder político que influencia sua formação social.

SD3: *“A demarcação atinge desde imóveis com área abaixo de um hectare até latifúndios com 200 hectares. A maior parte das pessoas possui de 10 a 20 hectares. Os produtores que possuem terras em áreas delimitadas no relatório disseram que estão preocupados com o processo de retomada”.*

Pode-se identificar que, na SD3, a jornalista busca delimitar os sentidos e a importância para a demarcação de terras indígenas, usando os pequenos produtores como escudo para proteger os grandes latifúndios e seus donos, que além de arcarem com as despesas da matéria, deslocam os sentidos e o pertencimento da terra aos indígenas.

Essa incompletude da informação pode ser compreendida como o trabalho do silêncio, sendo vista como uma propriedade do sujeito e do sentido. De acordo com Orlandi (2007), o sujeito tende a ser completo e essa demanda de completude é o silêncio que significa e trabalha nas relações com as diversas formações discursivas, fazendo funcionar a contradição. Orlandi (2004) afirma que essa contradição se inscreve na história, promovendo diferença.

Contudo, o sujeito-jornalista mobiliza saberes por intermédio da identificação, filiada e representada por determinada formação ideológica, processo que relaciona o interdiscurso que situa o sujeito em uma determinada formação discursiva. Assim, podemos notar que a posição sujeito-jornalista, movida pela infraestrutura econômica, defende ideologicamente o capital e jamais teve a intenção de defender o indígena Xukuru-Kariri e o traço de terra necessário para sua sobrevivência.

Como afirma Pêcheux (2014), a língua é base material do processo ideológico, partindo da condição do objeto abstrato, e constitui-se como objeto material, um teatro da consciência no qual a jornalista vê, pensa, fala do indígena defendendo a sua posição ocupada ideologicamente.

Essa sequência discursiva está presente no panfleto, visa mobilizar ideologicamente o apoio da população, o enunciado é uma asserção, cuja validade o locutor assume totalmente, e que está em oposição a outros valores modais. Nesse espaço, mobiliza-se o que Orlandi (2017) chama de “Língua de Estado”, uma vez que o discurso presente no panfleto reflete um “pensamento” particular, embora defendido pelo Estado.

Diante disso, podemos fazer conjecturas sobre esse “TODOS” do enunciado, sobre Palmeira: de todos quem? São todos de uma classe social, todos em igualdade, o que podemos entender com

esse “Palmeira de todos”?). Esse todo tem sentido ambíguo. Quando se trata das terras, na defesa dos latifúndios privados dos posseiros e grileiros de terras indígenas, busca-se assujeitar o indivíduo a favor da causa, assim segregando o povo indígena.

SD4: “MOVIMENTO PALMEIRA DE TODOS”



Consequentemente, nesse espaço mobiliza-se a memória, o esquecimento e o apagamento do indígena, principalmente das terras que é o objeto de interesse. O efeito metafórico situa a questão de funcionamento do discurso sobre as terras na relação com a língua, possibilitando o que Pêcheux (2014) chama de efeito semântico, produzindo um deslizamento de sentido. Ainda de acordo com o autor “*todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro*” (PÊCHEUX, 2015, p. 53). Assim, podemos entender que é intuito do panfleto levar o discurso de defesa das terras, principalmente, as propriedades latifundiárias dos políticos do município.

SD5: “*motivadas pelo impasse causado em função da possibilidade de demarcação de terras ‘supostamente’ indígenas no município de Palmeira dos Índios, várias entidades de classe estão mobilizadas para a realização de um grande ato público, denominado Palmeira de Todos*”.

A SD5 mobiliza a memória discursiva considerando que algo fala antes em outro lugar independentemente, assim a memória absorve o acontecimento de 20 de agosto de 2013, ou seja, coloca-o dentro da regularidade já existente, torna-o previsível e adequado. Porém, o acontecimento, quando consegue atravessar a memória, desloca e desregula os implícitos associados à série de enunciados que tenta lhe adequar.

Conforme Pêcheux (1999) salienta,

um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo (PÊCHEUX, 1999, p. 53).

Dessa maneira, o já dito sobre o acontecimento discursivo que coloca em evidência a posse das terras que compõem o município de Palmeira dos Índios, esses conjuntos de enunciações já ditas e esquecidas que são interpretáveis são entendidas como interdiscurso. Acabam por deslocar os acontecimentos ao esquecimento.

Entendemos a partir de Pêcheux (1999), que o surgimento do acontecimento discursivo se dá com o choque da atualidade com a memória que não produz repetição, mas sim ressignificação dos sentidos e dos acontecimentos históricos e discursivos.

os sujeitos “esquecem” que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, mas, ao mesmo tempo, sempre outras (ORLANDI, 2020, p. 34).

Mariani (1998) explicita que a memória social só é possível pelo modo particular de repetições que lineariza a narrativa e sentido objetivando a manutenção desses sentidos na memória histórica oficial. Acerca disso, Pêcheux (1999) esclarece que a memória deve ser entendida como estando situada no entrelaçamento de sentidos da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória do historiador.

A posição sujeito-jornalista ao usar a palavra “*supostamente*” para tratar as terras de Palmeira dos Índios, apaga a história, silencia o indígena e move à memória o fato da cidade ser edificada em um assentamento indígena, apaga todo processo com históricos e documentos que provam a posse da terra. Defende o interesse do capital dos padrões políticos e se identifica ideologicamente com o seu discurso.

Enaltece o ato político-ideológico do movimento como “*grande*”, embora a presença das autoridades do município, em boa parte são posseiros ou grileiros de terras indígenas salvo alguns pequenos produtores.

7. Efeito de fim

Diante do exposto e considerando a tentativa de apagamento dos acontecimentos históricos e discursivos, passamos a chamar essa parte do trabalho de efeito de fim, visto que as discussões sobre as terras e os conflitos e esbulhos territoriais entre indígenas e não-indígenas estão longe de chegar a um fim ou ter considerações finais, considerando que a maior parte desse território que deve ser demarcado está em posses de famílias poderosas do município.

Fica claro quais são os diversos elementos que interpelam ideologicamente, não só o indígena, mas também o não indígena sem poder aquisitivo, nem poderes políticos, no intuito de que seja massa de manobra da expulsão dos indígenas de suas terras, que posteriormente vieram a ser de algumas famílias que, atualmente, manipulam mídias e poderes políticos, não no sentido de convocarem esses poderes externos. Aqui apontamos o discurso massivo e hegemônico, que não domina só o traço de terra roubado, mas que legisla a próprio favor.

Portanto, evidenciamos, aqui, que os movimentos neoliberais, por meio dos discursos políticos dispostos, neste artigo, possuem marcações que influenciaram o contexto sócio-histórico; não somente isso, mas acabam prejudicando outras condições de produção discursiva. No processo histórico, da formação da cidade de Palmeira dos Índios, o discurso político, principalmente esse, é marcado de interesses de um grupo hegemônico como no caso dos indígenas que foram apagados/silenciados da história e de suas próprias terras, que foram tomadas pela elite econômica por serem regiões produtivas.

Logo, sabemos que está distante de um fim, visto que são numerosas as materialidades discursivas que, em Palmeira dos Índios, operam para anestesiar as resistências, embora ainda acabem afetando os indígenas, seu ambiente, comprometendo a sua existência. Na atualidade, esses discursos neoliberais visam promover o desmonte de instituições que protegem e garantem os direitos dos povos indígenas, não apenas em Palmeira dos Índios, mas em todo o Brasil.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. Identificação/subjetivação do índio xavante na cidade de barra do garças/MT - alteridade irreduzível? **Anais**, Abralín, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso político o discurso comunista endereçado aos Cristãos**. São Carlos, EdUFSCar, 2014.

GIAL, por Carolina Sanches. Demarcação de terras indígenas gera tensão em Palmeira dos Índios, AL. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/10/demarcacao-de-terras-indigenas-gera-tensao-em-palmeira-dos-indios-al.html>> Acesso em: 20 nov. 2022.

GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais**. (1992-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, Ed. da Unicamp, 1998.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**; São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.

_____. **Crítica do Programa de Gotha**. Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K; ENGLÉS, F. **Manifesto do partido comunista**. Ed. 1ª, Editora Expressão Popular. São Paulo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. tradução Maria Izabel Lagoa. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8a. ed. Campinas: Pontes. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Uma história do conhecimento, uma história da língua (Prefácio). In: _____. **Língua e produção do conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 9-17.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. Campinas, SP. Editora Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidades dos Sentidos**. Campinas, SP. Editora Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014 p.61-162.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.) **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 7º. ed. Campinas, SP, Pontes Editora, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Análise do discurso: Michel Pêcheux textos selecionados**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP. Ed 4ª. Pontes Editores, 2015.

PETRI, Verli Fátima da Silveira. Manifestação. In.: NUNES, J. H. **A Enciclopédia Discursiva da Cidade**. Campinas: RG, 2012. Disponível em:
<https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete%2Fview&id=60>

acesso em 24 de nov. de 2021.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá**. João Pessoa, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento - política e filosofia**; tradução de Ângela Leite Lopes. — São Paulo: Ed. 34, 1996.

SANTOS, Maria Aparecida Oliveira dos. **No som do maracá e no despertar da história: o Toré como autoafirmação cultural do povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios-AL, Garanhuns**, 2020.

SANTOS, Luan Moraes dos. Os Xukuru-Kariri e as elites: história, poder e conflito territorial em Palmeira dos Índios – AL (1979-2015). 2019.129 f. **Dissertação** (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.